

Procuradores criticam Dodge por aÃ§Ã£o contra fundaÃ§Ã£o do MPF

A Associação Nacional dos Procuradores da República saiu em defesa do grupo da força-tarefa da "lava jato" e divulgou, nesta quarta-feira (13/3), uma longa nota em que torna público o descontentamento interno com a decisão da procuradora-geral, Raquel Dodge, de pedir que o Supremo Tribunal Federal declare a [nulidade da criação](#), pelo MPF, de um fundo para gerir R\$ 2,5 bilhões formado com [dinheiro da Petrobras](#).

"Atuação como esta abre precedente negativo para que qualquer Termo de Ajustamento de Conduta ou Acordo Judicial possa ser centralizado pela PGR, levado diretamente ao STF, violando a independência funcional e ignorando o rito jurídico ordinário", diz o texto. A ANPR repudiou a chefe da instituição, apontando como genérica a argumentação por ela usada na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Na ADPF, que será relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, Dodge argumenta que a iniciativa do MPF "está em rota de colisão com preceitos estruturantes do Ministério Público e da própria separação das funções do Estado". O dinheiro tem origem em um acordo entre Petrobras e autoridades dos EUA, que em nenhum momento cita o MPF. Embora afirme ver no acordo "clara boa-fé", a PGR diz que ele "ofende gravemente a configuração constitucional do Ministério Público Federal".

Além disso, para a PGR, ao assumir a responsabilidade em gerir e aplicar os valores, os procuradores da "lava jato" "desviaram-se de suas funções constitucionais (...) em situação absolutamente incompatível com as regras constitucionais e estruturantes da atuação do Ministério Público, violando a separação das funções de Estado e da independência funcional dos membros do *parquet*".

O dinheiro deveria ir para o Tesouro. Pelo menos é o que [vem decidindo](#) o Supremo Tribunal Federal sobre a destinação das verbas recuperadas pela "lava jato". Mas o acordo prevê o depósito do dinheiro numa conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba, a ser gerido por uma fundação controlada pelo MPF — embora o órgão [afirme](#) que apenas vai participar do fundo. Tão logo foi anunciado, o fundo bilionário se tornou alvo de críticas e questionamentos.

A entidade representativa dos procuradores, ao contrário, afirma ter sido excessiva a ação de Dodge. "Não seriam os membros da força-tarefa que iriam gerir os recursos, já que a fundação tem personalidade própria. O fato do acordo prever a possibilidade de integrantes do MPF terem uma vaga no conselho curador, por óbvio, não basta a igualá-los à condição de gestor dos recursos, ao contrário do afirmado pela PGR, até porque a previsão tem paralelo no assento do MP no FDD, que cumpre funções idênticas às que a fundação teria", alegam.



Por fim, a diretoria da ANPR exalta a "lava jato" como um grupo que fortaleceu o combate à corrupção, enumerando prisões e valores. "Em cinco anos de atuação, o trabalho da Lava Jato de Curitiba resultou em 310 mandados de prisão expedidos pela Justiça Federal e 242 condenações contra 155 pessoas. Na esteira dos seus efeitos, mais de R\$ 13 bilhões foram recuperados por meios de acordos de leniência e colaboração, sendo R\$ 2,5 bilhões definitivamente devolvidos para a Petrobras."